

Agência
Goiana de
Habitação



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Seguro incêndio empresarial, para cobertura dos bens móveis e imóveis da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade civil, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência, para as 03 (três) unidades da AGEHAB localizadas nos seguintes endereços:

- Rua 18-A, QD 31A LT 20E N°541- Setor Aeroporto – Goiânia – GO.
- Rua 13, QD 23A LT 03- Conjunto Riviera - – Goiânia – GO.
- Rua 18-A, QD 31A LT 19 N° 547- Setor Aeroporto - – Goiânia – GO.

1.2 Os bens móveis compreendem os equipamentos eletrônicos, mobiliários e utensílios pertencentes a Agência, os quais estão contidos nos prédios a serem segurados.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Desse modo, justifica-se tal contratação diante da necessidade de proteger o patrimônio público, de prevenir os bens de riscos e eventuais sinistros causados por incêndios, raios, danos elétricos e explosões de qualquer natureza que possam ocorrer no prédio sede da AGEHAB e ainda, nos prédios onde ficam os arquivos situados na Rua 13, QD 23A LT 03- Conjunto Riviera – Goiânia – GO, e na Rua 18-A, QD 31A LT 19 N° 547- Setor Aeroporto, garantindo assim os bens móveis e imóveis.

2.3. MOTIVAÇÃO

Motiva-se a contratação devido a sua execução indireta ser recomendada pela conveniência econômica.

2.4 OBJETIVOS

Segurar os prédios pertencentes à AGEHAB contra eventuais danos que este possa a vir sofrer.

2.5. BENEFÍCIOS

2.5.1 Prevenir-se contra eventuais danos pela ocorrência de incidentes ocasionados por incêndio, raio, explosão e panes elétricas, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário;

2.5.2. Garantir que este Órgão seja indenizado na eventual ocorrência de tais sinistros; e

2.5.3. Garantir a melhor gestão dos recursos orçamentários.

2.5.4. A demanda prevista contempla os imóveis sob a responsabilidade da AGEHAB, onde funciona a sede e os arquivos, conforme apresentado no item 1, do Termo de Referência.

2.5.5 SEGURO A SER CONTRATADO - BENS A SEREM SEGURADOS

LOCAL DE RISCO 1:

Rua 18-A, N°541, QD 31-A, LT 20-E - Setor Aeroporto - Goiânia - GO.

Atividade: Escritórios - O imóvel possui 04 (quatro) andares, construção superior.

Equipamentos de segurança: Extintores, pára-raios; CFTV com monitoramento externo 24 horas; segurança desarmada 12 x 36 horas (diurna).

COBERTURAS E IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- Incêndio/Raio/Explosão: R\$ 6.500.000,00 (Importância segurada desmembrada)

- Prédio R\$ 3.500.000,00

- Conteúdo R\$ 3.000.000,00

- Vendaval/Fumaça, Queda Aeronaves e Impacto de veículos – R\$ 50.000,00

- Danos Elétricos - R\$ 50.000,00

- Despesas Recompos. Regs. e Doctos – R\$ 20.000,00

- Roubo e furto qualificado – R\$ 20.000,00

- Quebra Vidros e Anúncios Luminosos - R\$ 10.000,00

- Assistência 24 horas básica.

- Responsabilidade civil operações – R\$ 100.000,00

* Indenização por valor de novo.

* Renovação sem sinistro Tokio Marine sem sinistro nos últimos 05 anos. BÔNUS CLASSE 1 (ATUAL).

LOCAL DE RISCO 2:

Rua 18-A, nº 547, Qd. 31-A, Lote 19 - Setor Aeroporto - Goiânia - GO

Atividade: Escritórios – nível terreo, construção superior.

Equipamentos de segurança: Extintores; CFTV com monitoramento externo 24 horas; segurança desarmada 12 x 36 horas (diurna), possui arquivo de documentos fiscais.

COBERTURAS E IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- Incêndio/Raio/Explosão: R\$ 800.000,00

- Vendaval/Fumaça, Queda Aeronaves e Impacto de veículos – R\$ 50.000,00
- Danos Elétricos - R\$ 50.000,00
- Despesas Recompos. Regs. e Doctos – R\$ 20.000,00
- Roubo e furto qualificado – R\$ 20.000,00
- Assistência 24 horas básica
- Responsabilidade civil operações – R\$ 100.000,00
- * Renovação sem sinistro Tokio Marine, sem sinistro nos últimos 05 anos. BÔNUS CLASSE 1 (ATUAL).
- * Indenização por valor de novo.

LOCAL DE RISCO 3:

Rua 13, QD 23-A, Lote 03- Conjunto Riviera - Goiânia - GO

Atividade: Arquivo - construção sólida.

Arquivo de documentos fiscais.

Equipamentos de segurança: Extintores; CFTV com monitoramento externo 24 horas.

COBERTURAS E IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- Incêndio/Raio/Explosão: R\$ 500.000,00
- Vendaval/Fumaça, Queda Aeronaves e Impacto de veículos – R\$ 50.000,00
- Despesas Recompos. Regs. e Doctos – R\$ 50.000,00
- Roubo e furto qualificado – R\$ 10.000,00
- Assistência 24 horas básica
- Responsabilidade civil operações – R\$ 100.000,00
- * Renovação sem sinistro Tokio Marine, sem sinistro nos últimos 05 anos. BÔNUS CLASSE 1 (ATUAL).

De conformidade com o Decreto nº 6.306/2007 há incidência de IOF.

3. Condições de habilitação

3.1 Para habilitação será exigido da empresa melhor classificada, situação regular quanto aos tributos: federal, estadual e municipal, bem como qualificações técnica e econômico-financeira.

4. Qualificação Técnica:

a) 1 (um) VISou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa ou executou satisfatoriamente os serviços enumerados neste termo de referência.

b) A licitante deverá apresentar documento emitido pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil, conforme estabelecido no art. 74 do Decreto-Lei n.º 73/1966.

5. DA AMOSTRA:

5.1. Não se aplica.

6. Critérios de sustentabilidade:

6.1. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas e técnicas ambientalmente recomendados, quando da realização de atividades nas áreas, escopos dos trabalhos, quer seja, em qualidade, quantidade ou destinação; atividades essas de inteira responsabilidade da Contratada que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

7. Vistoria

7.1. É facultado ao licitante realizar uma Vistoria Técnica nos imóveis onde serão executados os serviços, a fim de conhecer as instalações pertinentes e o grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento, no horário das 8h às 17h, por meio do telefone (62) 3096-5056 – Gerência Administrativa da AGEHAB – Vanessa, utilizando modelo constante do Anexo do Termo de Referência.

7.2. Caso a vistoria não seja realizada entende-se que o risco foi aceito.

8. Da apólice

I) A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em **até 30(trinta) dias**.

II) Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

- a) A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- b) O número do processo administrativo da AGHEAB;
- c) As datas de início e fim de sua vigência;
- d) As coberturas contratadas;
- e) O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;
- f) O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- g) O nome ou a razão social do segurado;
- h) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro;
- i) A discriminação das coberturas indenizáveis;
- j) A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

9. PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA APÓLICE

a) A apólice relativa ao objeto da presente contratação deverá ser entregue na AGEHAB, na Gerência Administrativa, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**.

b) O recebimento definitivo será realizado no prazo de **até 10 (dez) dias** após a entrega da apólice.

c) O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado acima, não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos.

d) A vigência da apólice, objeto da presente contratação, será de **12 (doze) meses**.

10. DA RENOVAÇÃO DA APÓLICE

10.1 Poderá ocorrer a prorrogação da vigência do seguro, a critério da Contratante, até o limite de **05 (cinco) anos**, nos termos do art. 137, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, respeitando o bônus a que a administração vier a fazer jus.

10.2 No caso de prorrogação do contrato, fica a contratada obrigada a apresentar nova apólice de seguro, a vigor a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.

10.3. O percentual final de variação do valor do prêmio não poderá ultrapassar o percentual limite permitido por lei.

10.4. A atualização dos valores dos bens móveis e imóveis a serem segurados na prorrogação contratual incluirá pesquisa de preço previamente à celebração do apostilamento, para fins de verificação da compatibilidade do prêmio do seguro com os valores de mercado.

11. SINISTRO

11.1 O prazo máximo de início do atendimento/avaliação dos danos causados aos bens móveis e imóveis será de até 72 (setenta e duas) horas, contado a partir do aviso emitido pela Contratante.

11.2 A contratada deverá garantir o pagamento das indenizações previstas no contrato dentro do prazo máximo de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

12. PESQUISA MERCADOLÓGICA

PORTO SEGURO	R\$ 3.899,52
SOMPO	R\$ 4.243,93
ZURICH	R\$ 7.033,44

12.1. A **PORTO SEGURO** apresentou o menor preço correspondente a **R\$ 3.899,52 (três mil oitocentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos)**.

OBS.: Os valores relativos às propostas de preços incidem IOF.

12.2. O agrupamento em lote único foi realizado considerando a natureza dos itens e o nicho de mercado ao qual cada um pertence, tratando-se de itens de baixo valor e que podem ser comercializados pelo mesmo fornecedor.

13. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A entrega da apólice deverá ocorrer em no máximo 05 dias, obedecendo a notificação do gestor do contrato, através da emissão da ordem de Serviço, referente a contratação do objeto.

13.2. Os objetos serão recebidos:

a) provisoriamente, para efeito de verificação e análise da conformidade com as especificações constantes neste Termo.

b) definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações detalhadas deste Termo.

13.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas. Em caso de substituição ou ajuste, deverá ser efetuado em até 02 dias.

13.4. Os produtos deverão ser entregue na sede da Agehab, Rua 18-A, n.º 541 – Setor Aeroporto,- Go ou outro endereço a ser indicado e especificado na Ordem de Fornecimento, conforme demanda.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão e a fiscalização do contrato, em atenção ao art. 40, VII da Lei 13.303/16, e em observância ao disposto nos arts. 163 a 166 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, caberá a servidor devidamente qualificado e indicado por meio de Portaria.

14.2. Compete ao gestor da AGEHAB, dentre outras obrigações:

14.2.1. Provocar a instauração de processo administrativo com o objetivo de apurar responsabilidade ou prejuízo resultante de erro ou vício na execução do contrato ou de promover alteração contratual, especialmente no caso de solução adotada em projeto inadequado, desatualizado tecnologicamente ou inapropriado ao local específico;

14.2.2. Identificar a necessidade de modificar ou adequar a forma de execução do objeto contratado;

14.2.3. Registrar todas as ocorrências e adotar as medidas cabíveis para sanar eventuais irregularidades;

14.2.4. Exigir da contratada o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato;

14.2.5. Recusar objeto diverso ou com qualidade inferior à prevista em contrato;

14.2.6. Atestar o recebimento definitivo.

14.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o gestor do contrato deverá oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil - RFB comunicando tal fato.

14.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o gestor do contrato deverá oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego.

15 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. A vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 05 (cinco) anos.

15.2. Este contrato poderá ser prorrogado, obedecidos os prazos e condições estabelecidos nos artigos 71 e 81 da Lei nº 13.303/2016 e nos artigos 137 e 141 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB e os seguintes requisitos:

- a) haja interesse da AGEHAB;
- b) exista previsão no instrumento convocatório e no contrato;
- d) exista recurso orçamentário para atender a prorrogação;
- e) O contrato tenha sido regularmente cumprido;
- f) haja concordância do contratado;
- g) O contratado mantenha as condições de habilitação;
- h) O contratado não esteja cumprindo sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a AGEHAB;
- i) O termo aditivo seja formalizado enquanto vigente o contrato;
- j) haja autorização da autoridade competente.

15.3. O prazo de que trata esta cláusula poderá ser suspenso caso ocorra:

- a) paralização da entrega determinada pelo CONTRATANTE, por motivo não imputável à CONTRATADA;
- b) por motivo de força maior.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em **até 30 (trinta) dias**, desde que a empresa esteja em dia com suas obrigações fiscais e atenda a todas as exigências contidas no contrato, através de boleto bancário.

16.3. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo o momento em que a CONTRATANTE atestar a APÓLICE.

16.4. O pagamento será realizado mediante a comprovação de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR ou, na impossibilidade de acesso ao referido Cadastro, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65 do RILCC da AGEHAB.

16.4.1. Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.4.3. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao CADFOR para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.8. Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.10. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

16.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao CADFOR.

16.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no CADFOR, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = ((6 / 100) / 365)$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das resultantes da Lei 13.303/2016 a adjudicatária se obriga, nos termos deste Termo de Referência, a:

- 17.1. Executar os serviços em conformidade com especificações descritas neste Termo.
- 17.2. Cumprir com os prazos determinados neste Termo de Referência.
- 17.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos serviços.
- 17.4. Submeter-se à fiscalização da Agência Goiana de Habitação - AGEHAB, através da Gerência Administrativa, que acompanhará a execução do serviço, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.
- 17.5. Responsabilizar por todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações Cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias assim como despesas com transporte, distribuição e quaisquer outras que incidam sobre a contratação, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, no que referir-se ao objeto, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
- 17.7. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, sem ônus para o CONTRATANTE, caso verifique que os mesmos não atendem as especificações deste Termo de Referência.
- 17.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 17.9. Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, todo e qualquer procedimento, se verificada, incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.10. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 17.11. Responsabilizar-se pela entrega dos serviços no local e horário indicados pela Administração, nas datas previamente estabelecidas entre as partes.
- 17.12. Encaminhar ao CONTRATANTE a Nota Fiscal/Fatura.
- 17.13. Atender a todas as condições descritas no presente Termo.
- 17.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.15. Arcar com todos os ônus de transporte, locação de equipamentos e fretes necessários.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a execução do objeto.
- 18.2. Exercer a fiscalização quanto ao fornecimento do objeto.
- 18.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução do objeto.
- 18.4. Definir, agendar o local de entrega do objeto.
- 18.5. Emitir o correspondente empenho ou documento equivalente, com todas as informações necessárias, em favor da CONTRATADA.
- 18.6. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução dos serviços.
- 18.7. Atestar as Notas Fiscais/Faturas, por servidor competente.
- 18.8. Efetuar, em favor da CONTRATADA o pagamento, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 18.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.10. Conferir toda documentação gerada e apresentada durante o fornecimento dos serviços efetuando o seu atesto quando estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

18.11. Antes da ordem de serviço, planejar a execução do objeto de modo que na mesma ordem de serviço esteja incluso o maior número de demanda possível, de modo que a contratada possa se organizar da melhor forma sua logística.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Constituem ilícito administrativo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos no Art 77, da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los, bem como pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB (RILCC da AGEHAB), a CONTRATADA que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do CONTRATO.

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo.

19.1.5. Cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à AGEHAB, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros. (Art. 176 do RILCC da AGEHAB).

19.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

19.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

19.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

19.2.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AGEHAB pelo prazo de até 2 (dois) anos.

19.3. As sanções: advertência, cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à AGEHAB, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros. (art. 176 do RILCC da AGEHAB) e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AGEHAB pelo prazo de até 2 (dois) anos; poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade mais severa.

19.5. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à AGEHAB, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros que não possam ser ressarcidos apenas com a aplicação de multas.

19.6. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser:

19.6.1. Branda: de 1 (um) a 6 (seis) meses.

19.6.2. Média: de 7 (sete) a 12 (doze) meses.

19.6.3. Grave: de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) meses.

19.7. As sanções previstas no inciso III do art. 83 da Lei 13.3013, de 30 de junho de 2016, (III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do CONTRATO:

19.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

19.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

19.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo autônomo, por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório. Referido processo seguirá o procedimento disposto nos artigos 181 a 184 do RILCC da AGEHAB.

19.9. A defesa do CONTRATADO deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis. (Art. 83, § 2.º da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016).

19.10. As multas devidas e / ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos à CONTRATADA ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

19.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do LICITANTE, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.12. A AGEHAB, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13. A decisão final que imputar sanção ao processado deverá ser publicada e, imediatamente, comunicada ao Cadastro de Fornecedores para fins de registro.

19.14. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AGEHAB, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/16, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, nos limites da Lei.

21. RECURSOS FINANCEIROS

21.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de Recursos Próprios da AGEHAB.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

23. DA RESERVA OU NÃO DE COTAS PARA MICROEMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

Não se aplica.

24. CLÁUSULA ARBITRAL

1 - Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2 - A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3 - A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4 - O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5 - A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6 - Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7 - A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E 8 - ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

25 DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A presente contratação reger-se-á pelas suas cláusulas e normas consubstanciadas na Lei Federal nº 13.303/2016 e os preceitos de direito privado, pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB.

25.2. Fica declarado competente o foro da Comarca de Goiânia, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato.

25.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016 e os preceitos de direito privado, pelo Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, e demais normas aplicáveis.

26. DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro da comarca de Goiânia – GO.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA DE FATIMA LUCAS DE SOUZA, Gerente**, em 04/03/2022, às 16:55, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000027983150** e o código CRC **74FBCBD9**.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

RUA 18-A Nº 541, - Bairro SETOR AEROPORTO - GOIANIA - GO - CEP 74070-060 - (62)3096-5056.



Referência: Processo nº 202200031001241



SEI 000027983150